

SINDÁGUA

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais



UM PAÍS SOCIALMENTE JUSTO PRECISA DE GOVERNO COMPROMETIDO COM O POVO



A disputa eleitoral para a presidência da República no próximo dia 26 de outubro é muito mais que um embate entre os candidatos Dilma Rousseff e Aécio Neves. Cada um deles representa interesses antagônicos para a gestão do País. PT e PSDB não se misturam e o que os sustenta tem diferenças quilométricas em termos de visão das necessidades sociais dos brasileiros.

Assistimos nos últimos 12 anos do Governo Federal uma política de inversão de prioridades, diminuição das diferenças gritantes de

oportunidades, fortes investimentos para um objetivo humanitário de acabar com a miséria em nosso País através de bolsa família e programas como o “minha casa, minha vida”, mas também de formação de mão de obra com o reinvestimento em ensino técnico profissionalizante. Várias ações preservaram empregos, revitalizando as indústrias. Assistimos, por outro lado, também em 12 anos, a política do “choque de gestão”, que se resume em diminuir o tamanho do Estado e rifar o patrimônio público em PPP’s a preço de banana.



As urnas conseguem pregar algumas surpresas sempre que os eleitores são escalados. Todavia, quando o desejo de mudança se torna latente, não há manipulação de pesquisas ou de imprensa comprometida que possa mudar o resultado natural da eleição de representantes legítimos da nossa confiança.

Depois de 12 sofridos anos do vôo tucano por Minas, finalmente os mineiros se livram de uma política de sucateamento digno de uma lembrança que eles mesmo batizaram de “choque de gestão”. Os mineiros tiram do centro do poder uma classe política imperial e comprometida com interesses de um patronato que vive às custas dos cofres públicos, enriquecendo a cada licitação e parcerias público privadas.

O voto em Minas pode estar iniciando uma revolução social pela

simples inversão de prioridades, fazendo literalmente cumprir os preceitos constitucionais de um governo do povo pelo povo.

A passagem dos tucanos pelos serviços públicos e estratégicos aconteceu como uma revoada sobre um milharal, deixando atrás de si um rastro de destruição. Exemplo disto é a tragédia que se abateu sobre empresas como a Cemig e a Copasa.

DESMANCHE DAS ESTATAIS

O caos é devastador, atingindo severamente a população em direitos básicos como educação, saúde, transporte urbano e segurança. Mas vamos ficar em dois desastres bem perto de nós, a Cemig e a Copasa. As duas empresas passaram pelo mesmo processo de sucateamento. Foram criadas empresas subsidiárias com o

fim objetivo de separar a matriz, que dá lucro, para os acionistas, e deixar as “subsidiárias” para o povo pobre, incapaz de gerar receitas suficientes para a gula financeira dos investidores.

As subsidiárias são um crime escandaloso. Entre nós, a Copanor é um exemplo de desserviço público, levantando o povo e prefeitos para retomar as concessões da empresa para operar as atividades de saneamento. Esta situação caótica Foi denunciada pelo Sindicato quando ainda se discutia o projeto para a criação das subsidiárias. Provocamos audiências públicas na Assembléia Legislativa de Minas e nos municípios atingidos, mas a pressão do governo tucano sobre os deputados foi maior e criaram a Copanor, as Águas Minerais e o Jaíba, esta última falecida ainda na infância, tal a lambança que provocou onde operava, causando a mobilização dos

municípios para sepulta-lá. O mesmo vai acontecendo agora com a Copanor, que vai sucateando as estruturas operacionais dos serviços de água e esgotos justamente na região mais pobre de Minas Gerais, nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri.

O novo governador eleito, Fernando Pimentel, terá, certamente, sensibilidade para reverter esta ação criminosa de alijar uma população que vive na miséria do acesso a serviços públicos essenciais de sanitário como água nas torneiras e esgoto tratado antes de despejá-lo de volta aos rios. A grave crise do abastecimento de água já deu seu recado do que virá pela frente, sem ações de proteção ambiental e de empresas estatais que assumam a responsabilidade para a saúde pública.

ESPERANÇA MOVE A SOCIEDADE

A lógica da “privataria tucana”, exorcizada pelo voto em Minas, agoniza para ressuscitar nas veias do Governo Federal, apoiada por jornalões e redes de TV criados e agigantados nas sombras da ditadura militar. Esgotado em Minas por uma política de redução do Estado, o expoente da tucanada se assanha em transmitir para o coração da República o vírus do “choque de gestão”, que deixou em frangalhos as políticas sociais entre nós, sucateando empresas estatais, exercendo seu poder como um tirano.

“Esperança” ainda é a palavra de ordem na luta do povo para resguardar condições sociais mais justas e igualitárias, proteger o esforço descomunal do Governo Dilma contra a miséria em nosso País, socorrendo

as camadas paupérrimas da população com programas de moradia, de renda mínima, atendimento médico domiciliar, investimentos estruturais de forma sustentável para o desenvolvimento de pequenos negócios de caráter familiar até os demandados pelas grandes indústrias. Não se pode dar de lado para as políticas do Governo Dilma para preservar empregos, fornecendo às empresas incentivos fiscais e desoneração de folhas de pagamento para reinvestirem na produção e garantir os postos de trabalho. A sociedade brasileira assiste a um momento de grande esforço para diminuir as desigualdades, sendo esta a forma mais eficaz para que as oportunidades a todos eliminem problemas como a violência, através de fontes de trabalho.

A eleição presidencial em segundo

turno oferece duas opções radicalmente antagônicas em termos de compromisso. É o Estado de compromissos e responsabilidades sociais contra o “Estado mínimo”, de portas e janelas abertas para as privatizações. Não temos em nossas mãos apenas uma escolha, mas nelas estão a certeza de medidas de inserção social ou o retorno à política de privilégios, que desigual e estabelece uma sociedade piramidal, de riquezas no vértice e miséria numa extensa base. O Brasil que teremos está na nossa capacidade de enxergar e na consciência de agirmos por um país mais justo.



Esperamos resgatar a Copasa para o compromisso social com os mineiros



• José Maria dos Santos

O novo governo eleito em Minas Gerais abre uma expectativa muito positiva em nossas lutas pelos direitos dos trabalhadores e dos compromissos sociais da Copasa como empresa de serviço essencial. O perfil e a história de Fernando Pimentel credencia esta esperança de melhores dias, de reverter as prioridades para o melhor atendimento da sociedade mineira.

Lembramos, no entanto, que o Sindicato mantém a mesma linha de lutar pelas demandas e reivindicações coletivas da categoria e apresentaremos à nova linhagem de governo necessidades urgentes para os trabalhadores e para a Copasa. Apesar de problemas crônicos de grandes proporções, enumeramos pontos que devemos cobrar do novo Governo e da próxima administração da Copasa:

- Reformulação de um novo PCCS, de forma transparente, com participação paritária empresa/categoria, com reajuste na tabela salarial e regras claras de progressão na carreira;
- Fim da política de porte, uma excrescência que desiguala trabalhadores de mesma função dentro da empresa;
- Incorporação total da GDI nos salários dos trabalhadores, acabando com a remuneração variável;
- Eleição de um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Copasa;
- Eleição de um representante dos participantes para a diretoria da Libertas;
- Realização de concurso público para preenchimento de vagas em todo o Estado;
- Fechamento da Copanor e reabsorção pela Copasa dos serviços de saneamento hoje executados por ela;
- Cancelamento do processo de PPP's e auditoria sobre os processos realizados, verificando a possibilidade jurídica de cancelar contratos

Estas são preocupações imediatas dos trabalhadores que, acreditamos, possam reverter a situação caótica de sucateamento da empresa implantado pela gestão que se encerra.

Começamos uma vida nova e nossa esperança se renova de que possamos ressuscitar uma empresa para sua histórica vocação de universalizar o saneamento para o povo mineiro.

SOLIDARIEDADE REEMBOLSARÁ 58,21% DOS DESCONTOS

Os trabalhadores que tiveram dias de greve descontados receberão no próximo dia 30 de outubro o equivalente a 58,21% do valor. São 2.565 companheiros que tiveram horas descontadas e que serão beneficiados pelo rateio de R\$ 435.548,00 arrecadados na “Campanha de Solidariedade” da categoria, através de contribuições de R\$ 83,00 de 5.226 companheiros. A campanha arrecadou R\$ 435.548,00 para um valor global de dias cortados que totalizou R\$ 748.165,67. As contribuições alcançaram 58,21% do valor necessário para reembolsar os trabalhadores que tiveram dias descontados, faltando ainda R\$ 312.617,67 para totalizar o valor global de descontos.



PROCESSO DE REEMBOLSO DOS TRABALHADORES

A Copasa alegou que não poderia devolver as quantias nas contas dos trabalhadores, por se tratarem de “contas salários”. No entanto, forneceu os nomes e os valores descontados de cada trabalhador, para que o próprio Sindicato faça a devolução.

Todos os diretores do Sindicato foram orientados a buscar os números das contas bancárias destes companheiros para que a entidade faça o depósito, programado para 30 de outubro. Solicitamos a colaboração de todos os companheiros para fornecerem suas informações bancárias. Comissão acompanha a arrecadação e pagamentos Além dos diretores do Sindicato, quatro trabalhadores da base se apresentaram para acompanhar a arrecadação da “Campanha de Solidariedade” e respectivos pagamentos, de forma a dar transparência ao processo.

Fazem parte desta comissão os trabalhadores José Trindade dos Santos (Distrito Leste), Anderson Ely Alves Mendes (Montes Claros), Givanildo de Almeida Cruz (Regional-BH).

DIAS PARADOS NA JUSTIÇA



Independente da “Campanha de Solidariedade”, o departamento jurídico do SINDÁGUA ingressará na Justiça com ação contra o desconto efetuado pela Copasa, fazendo com que o direito de greve dos trabalhadores seja plenamente respeitado e não sejamos punidos por uma luta justa da categoria, reconhecida na própria Justiça.